



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**

## 1ª Reunião Ordinária da CTAGT

Realizada em  
Brasília/DF.  
31 de outubro de 2023.

*(Transcrição ip[s]is verbis)*  
*Empresa RDK Degrações e Eventos*

1 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Para o nosso regimento  
2 interno, que foi publicado agora como portaria do Ministério 710, de 15 de setembro de  
3 2023. É o que está no regimento interno, é o que a gente vai estar respeitando, enfim.  
4 Hoje é uma reunião bastante protocolar, é uma reunião inicial para que a gente possa  
5 discutir sobre a vice-presidência e também sobre as prioridades da Câmara Técnica. As  
6 áreas de atuação estão previstas no artigo 31 do regimento e incluem licenciamento  
7 ambiental, fico feliz de ver a presença do Itagyba, nosso analista, o controle ambiental  
8 de atividades industriais, minerárias, energéticas e de infraestrutura, ordenamento  
9 territorial, zoneamento ecológico-econômico e gerenciamento costeiro. Então, é um  
10 guarda-chuva do tamanho do mundo. Acho que a gente tem um desafio, porque o  
11 CONAMA ficou muito tempo sem se reunir. a gente está com um número grande de  
12 sugestões de propostas, enfim, de resoluções, de temas prioritários para tratar no  
13 âmbito dessa agenda. Então, acho que vai ser bastante desafiador. Eu vou passar  
14 inicialmente para Marcela dar alguns informes e como é que se dá o processo de  
15 escolha do vice-presidente. Marcela, você está com a palavra.

16 **A SR<sup>a</sup> MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Obrigada, Rodrigo, também  
17 agradeço a sua presença e você ter topado o desafio de presidir essa Câmara Técnica.  
18 Bom, a escolha do vice-presidente, eu acho que a gente teria que ver quem são as  
19 pessoas que vão se voluntariar a esse papel. Na última composição, o vice-presidente  
20 era o suplente do presidente, mas agora a gente abre a possibilidade de candidaturas  
21 de qualquer interessado. E, com relação aos informes, o que eu queria falar é o  
22 seguinte. Existiam dois processos, tramitando, que estavam relacionados às atribuições  
23 dessa Câmara Técnica. Um diz respeito ao licenciamento da apicultura, que foi  
24 proposto pelo MAPA. e o que a gente fez para dar seguimento à tramitação desse  
25 processo foi encaminhar novamente ao Ibama para ele se posicionar e às secretarias  
26 do Ministério, a de Biodiversidade e de bioeconomia, e a gente está, nesse momento,  
27 aguardando o posicionamento desses órgãos para pautar aqui na Câmara Técnica.  
28 Então, é um projeto que já passou pelo juízo de admissibilidade e, portanto, viria aqui  
29 para a Câmara Técnica, possivelmente numa próxima reunião. Inclusive, eu convidei  
30 uma das pessoas interessadas, que é a Tereza Nelma, não sei se ela está presente,  
31 mas para que ela pudesse também... Acho que ela ainda não chegou, mas para que ela

32 pudesse falar sobre a proposta dessa resolução, porque é de grande interesse do  
33 Ministério da Pesca e Aquicultura. Inclusive, a Tereza chegou a ter uma reunião com a  
34 gente lá no de SISNAMA. E o outro processo diz respeito a produtos co-siderúrgicos,  
35 mas existe um interesse do proponente, que é a CNI, de arquivar esse processo,  
36 porque o próprio proponente entende que não havia maturidade no assunto para  
37 colocar em votação ainda, então eles iriam visitar a proposta de resolução. E aí eu  
38 estou em diálogo com a CONJUR, inclusive temos uma reunião amanhã, para ver o  
39 encaminhamento necessário para o arquivamento, visto que não tem interesse do  
40 próprio proponente em prosseguir. Então, esses são os informes e aí eu acho que você,  
41 a gente poderia conduzir com o levantamento de quem são as pessoas interessadas  
42 para que a gente pudesse fazer a eleição do vice-presidente.

43 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Obrigado, Marcela. Esse  
44 tema de licenciamento de agricultura é um tema bastante importante e acho que é  
45 desejável que a gente possa avançar nele. Mas vamos aqui, nós temos como membros  
46 do Governo Federal, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, Ministério dos Transportes,  
47 Ministério dos Portos e Aeroportos, dos governos estaduais, Estado de Alagoas, Estado  
48 Rio Grande do Norte, Paraíba, Pará. Dos governos municipais ANAMA Nordeste,  
49 Amazônia Sudeste e Sul. Da Sociedade Civil, nós temos a AMAR, Associação de  
50 Defesa do Meio Ambiente de Araucária, a ABS, Associação Brasileira de Engenharia  
51 Sanitária e Ambiental, a SBPC, o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata  
52 Atlântica e do Setor Empresarial, a Confederação Nacional da Indústria, a  
53 Confederação Nacional dos Transportes, a Confederação Nacional da Agricultura e a  
54 Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços do Turismo. Esses são os  
55 membros dessa Câmara Técnica, gostaria de...

56 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Rodrigo só uma questão de para  
57 a gente pensar aqui, porque você leu os membros titulares e suplentes né. No caso de  
58 um suplente se candidatar faria sentido se fosse o seu suplente eu entendo, porque aí  
59 na sua ausência ele entraria como vice, mas se a gente for compor com membros de  
60 outros os outros membros, para mim, e eu gostaria de saber a opinião de vocês, faz  
61 mais sentido que seja um titular que se candidate à vice-presidência, não?

62 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Da minha parte...

63 **A SRª MARIA DO SOCORRO** – Marcela... Não, pode falar.

64 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Quem falou foi a Maria  
65 do Socorro, foi isso?

66 **A SRª MARIA DO SOCORRO** – Pode falar, presidente, foi. Não, não, tranquilo, é  
67 assim... Para mim, eu não teria problema... Eu tomo qualquer nome que está aqui, sem  
68 problema nenhum, então, da minha parte, eu não faço restrição a nenhum nome de  
69 nenhum setor. Então, só para deixar claro isso, a quem pediu, levantou a mão, foi a  
70 Maria do Socorro.

71 **A SRª MARIA DO SOCORRO** – É, presidente, por uma questão de ordem, essa  
72 reunião, de acordo com o regimento e como você muito bem colocou, ela não tem  
73 caráter deliberativo, né? Porque não cumpriu os prazos regimentais. Então, a pauta,  
74 que seria a escolha do vice-presidente e também as prioridades, eu acho que a gente  
75 não, acho não, tenho certeza que a gente não vai poder deliberar, aí eu queria fazer  
76 esse registro.

77 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Eu não entendo porque não  
78 seguiu os prazos regimentais, a gente convocou com 15 dias de antecedência, não  
79 Júlia?

80 **A SRª MARIA DO SOCORRO** – É, mas não disponibilizou o material no site.

81 **A SRª JULIA LOPES MARTINS** – A pauta de convocação está disponibilizada desde o  
82 dia 16. Hoje, Marcela, não vamos discutir sobre isso, porque você sabe, Mário Cardoso  
83 entrou em contato com você hoje e foi depois da conversa que a pauta foi para o ar,  
84 está bem? Então assim, eu não tenho nenhum problema, fica aqui até às 10h da noite,  
85 mas o caráter deliberativo socorro realmente está fora. Olha, Maria do Socorro, eu não  
86 pretendo discutir, mas eu gostaria de esclarecer. O Mário realmente entrou em contato,  
87 eu estava durante uma palestra e entrei em contato com a nossa coordenadora geral. O  
88 que ela me informou é que sim, já tinha sido colocada a pauta publicada no dia 16 de

89 outubro, a pauta no site. A gente realmente teve problema com a atualização de outros  
90 documentos por conta de um problema com a nossa TI, mas no caso da pauta deste,  
91 dessa Câmara Técnica, consta a publicação no dia 16 de outubro.

92 **A SRª MARIA DO SOCORRO** – Então você faz o seguinte registro para mim, você  
93 registra a posição da Confederação Nacional da Indústria de que a pauta foi publicada  
94 hoje e de que os documentos não estão disponibilizados no site, por favor. E vamos  
95 adiante. Fica o registro.

96 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Registrado.

97 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Alguém daqui está se  
98 disponibilizando a assumir a vice-presidência da comissão, da Câmara Técnica, melhor.  
99 Ninguém, gente?

100 **O SR. FÁBIO PORTO (ANAMMA/RO)** – Rodrigo, boa tarde. Tudo bem? Fábio, da  
101 ANAMMA Rondônia, representando a região Amazônica. A ANAMMA Rondônia tem  
102 interesse em estar assumindo a vice-presidência, mas a gente, como representantes  
103 dos municípios, a gente tem uma dificuldade muito grande na parte de deslocamento,  
104 ainda mais a região norte aqui, para a questão das reuniões presenciais. Então, assim,  
105 a gente tem total interesse, mas por essa dificuldade em estar participando das  
106 presenciais, estar participando da reunião Brasília. Se não houver outro interessado, a  
107 gente deixa o nome da ANAMMA Rondônia para estar participando aí, para estar  
108 concorrendo à Vice-Presidência.

109 **O SR. CARLOS EDUARDO BARRETTO (Presidente da ABEMA/AL)** – Boa tarde a  
110 todos. Eu entrei, cáí, estou voltando. Carlos Eduardo Barretto, representando a  
111 Alagoas, pela ABEMA e atual presidente.

112 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Bem, Carlos, seja bem-  
113 vindo. Nós estamos discutindo nesse caso, eu abria o debate para que a gente pudesse  
114 discutir eventuais candidaturas à vice-presidência da Câmara Técnica na forma do  
115 regimento.

116 **O SR. CARLOS EDUARDO BARRETTO (Presidente da ABEMA/AL)** – Eu vi, eu  
117 estava ouvindo aí cair aqui.

118 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Não, está ótimo.

119 **O SR. CARLOS EDUARDO BARRETTO (Presidente da ABEMA/AL)** – Não tem  
120 problema não, dependendo do consenso aí.

121 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Marcela, a ideia é que as  
122 reuniões sejam virtuais ou nós teremos reuniões presenciais, como é que você está  
123 desenhando essa fase nova agora?

124 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Olha, em regra elas estão sendo  
125 virtuais, mas alguns assuntos os conselheiros estão preferindo possível fazer de forma  
126 presencial e não há problema quando for necessário. Então, se for necessária uma  
127 discussão onde a matéria é mais densa e as pessoas preferam ter um dia de trabalho, é  
128 possível realizar reuniões presenciais também.

129 **O SR. ITAGYBA ALVARENGA NETO** – Não seria possível, ainda nessas agendas  
130 presenciais, trabalhar em forma híbrida? Porque poderia, enfim, sei que depende de  
131 uma estrutura, mas poderia buscar essa alternativa também.

132 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Os temas que a gente  
133 vai estar trabalhando, licenciamento e a parte de gestão territorial, eu não tenho dúvida  
134 que teremos assuntos bastante polêmicos e que, provavelmente, nós teremos que fazer  
135 algumas reuniões presenciais. A Patrícia Boson pediu a palavra.

136 **A SRª PATRÍCIA BOSON** – Boa tarde a todos. Eu só queria ponderar em termos de  
137 praticidade, Rodrigo. Eu acho que deveria a vice-presidência ser próxima à atual  
138 presidente, porque você não pode mudar o ritmo de repente. Então, alguém de Brasília,  
139 que fique mais fácil o contato, eu acho que é mais produtora, porque uma vice-  
140 presidência, e agradecendo até a disposição de Rondônia, tudo bem, hoje tem internet,  
141 pode ser, mas a gente, acho que devia pensar de uma maneira prática. E pedi a  
142 Marcela, Marcela, para a gente ter um pouco mais de critério nessa questão do

143 regimento interno, interno, só para evitar esse tipo de dúvida, uma dúvida ruim, né? A  
144 gente começar com essas incertezas, e eu fico de acordo com a Socorro, mas eu acho  
145 que não é produtora, né? Então, a gente vem um pouco mais certinho do que o que  
146 se exige. Obrigada.

147 **O SR. CARLOS EDUARDO BARRETTO (Presidente da ABEMA/AL) –** Posso falar?

148 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA –** Pode.

149 **O SR. CARLOS EDUARDO BARRETTO (Presidente da ABEMA/AL) –** Eu acho, eu  
150 discordo aí nessa questão, né? Porque como é uma coisa virtual, nós temos WhatsApp,  
151 temos todo meio de comunicação, tem como a gente se comunicar. Se tiver que ser,  
152 que seja. Se não tiver, pode ser qualquer pessoa aqui, qualquer um dos presentes.  
153 Como já houve uma candidatura aí, para mim eu não vejo problema nenhum, não.

154 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA –** Não é uma eleição  
155 disputada.

156 **O SR. CARLOS EDUARDO BARRETTO (Presidente da ABEMA/AL) –** Por isso  
157 mesmo, a gente ver dentro de nós que estamos aqui quem é que poderia assumir.

158 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA –** Daqui acho que eu e a  
159 Patrícia Boson acho que já fomos membros representantes dessa Câmara Técnica há  
160 mais de uma década atrás. Agora, enfim. Marcela, apenas membros formais titulares e  
161 suplentes ou representantes dessas instituições também podem?

162 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES –** Não, só membros formais.

163 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA –** Está bem. Bem, nós não  
164 temos outra região de candidatura, exceto a ANAMMA Amazônia, do Fábio Porto.  
165 Fábio, você mantém a sua candidatura?

166 **O SR. FÁBIO PORTO (ANAMMA/RO) –** Rodrigo, mantenho, né? Lembrando das  
167 dificuldades que eu citei e concordo com a Patrícia, que um representante mais próximo  
168 do governo, governo mais próximo de Brasília, seria até mais indicado, né, para estar

169 discutindo as pautas internas ali. Mas não vimos ninguém se manifestando nessa  
170 reunião, interesse, então eu deixo o nome da ANAMMA Rondônia como interessada na  
171 vice-presidência.

172 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Bem, gente, então  
173 vamos, não havendo mais nenhuma candidatura, vamos fechar com a ANAMMA  
174 Amazônia. Fico feliz em ter a ANAMMA na vice-presidência. Enfim, acho que temos  
175 que colocar a discussão em votação. Eu já fui secretário do evento municipal, já fui da  
176 ANAMMA, então a ANAMMA é uma instituição que eu tenho respeito e admiração  
177 muito grande. Mas eu coloco em discussão e se ninguém tiver interesse de discutir o  
178 assunto, a gente coloca em votação. Então, é em votação a aprovação do nome do  
179 Fábio Porto, ANAMMA Rondônia, para vice-presidência da Câmara Técnica de  
180 Controle Ambiental e Gestão Territorial. Então, Fábio, considere-se vice-presidente da  
181 Câmara Técnica. Você vai ter muito serviço pela frente. Eu queria agora abrir um  
182 debate com todos aqui. A gente tem uma lista muito grande, mas eu não vou eu não  
183 vou ler essa lista, eu acho que a gente poderia estar mandando para todos a lista de  
184 possíveis resoluções, tanto resoluções novas quanto atualizações de resoluções. Nós  
185 recebemos várias contribuições de sugestões de alterações de resoluções pela Agência  
186 Nacional de Águas, pelo IBAMA, pela Secretaria Extraordinária de Controle do  
187 Desmatamento e Ordenamento Territorial, pela Secretaria Nacional de Meio Ambiente  
188 Urbano e Qualidade Ambiental, e sugestões tanto de atualizações de resoluções como  
189 de resoluções novas. Mas eu queria ouvir um pouco aqui, aproveitar essa primeira  
190 reunião, para que a gente possa ouvir todos e que as pessoas possam falar o que  
191 pensam, prioridades, coisas que realmente estão incomodando os diferentes setores  
192 aqui presentes, para que a gente possa, na medida do possível, ir priorizando.  
193 Obviamente que desde o momento que a gente decide elaborar o texto muito base de  
194 uma resolução, até a aprovação dela, enfim, até que ela esteja bastante madura, isso  
195 leva tempo. A gente precisa, obviamente, de amadurecimento técnico. As resoluções  
196 do CONAMA são instrumentos técnicos muito relevantes para o funcionamento do  
197 SISNAMA, mas eu gostaria de abrir a palavra aqui para quem quiser poder se  
198 manifestar, enfim, e opinar sobre temas que realmente são relevantes para essa  
199 Câmara Técnica. Está aberta para lá.



200 **O SR. CARLOS EDUARDO BARRETTO (Presidente da ABEMA/AL)** – Aí seria  
201 interessante, Rodrigo, nós estarmos com essa lista, né? O que está aí para a gente ver,  
202 se alguma coisa que a gente for querer colocar, se já é consta ou não.

203 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Só para esclarecer, porque a  
204 gente tinha no desenho anterior a Câmara de Controle Ambiental junto com a de  
205 Qualidade Ambiental. Então, alguns dos membros faziam parte da de Controle e  
206 Qualidade Ambiental e a gente se dividiu. Então, lá na Câmara de Controle e Qualidade  
207 Ambiental, eu contei que a gente, no início do ano, fez um levantamento no Ministério  
208 do Meio Ambiente e nas vinculadas, sobre temas prioritários para o CONAMA,  
209 envolvendo a revisão de resoluções e novas resoluções. Então essa é a lista que o  
210 presidente recebeu e que a gente pode compartilhar com todos, eu não sei se ele vai  
211 fazer a leitura, mas nas outras câmaras o que a gente fez foi também um diálogo aberto  
212 para entender as necessidades dos setores e poder organizar essa agenda comum,  
213 né? Sem prejuízo do Rodrigo agora ler se ele quiser essa lista.

214 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Eu até acho que a lista a  
215 gente pode estar mandando porque foram sugestões de temas que foram sendo  
216 repassados e enfim eu tinha alguma expectativa de que a gente pudesse fazer um  
217 debate um pouco mais livre aqui antes da gente se debruçar obviamente por uma lista  
218 porque não é porque tem uma sugestão que de fato, vai sair uma resolução sobre esse  
219 tema. Tem coisas no CONAMA que estão há 20, 30 anos aí para serem normatizados e  
220 acabam nunca alcançando o amadurecimento. Mas vamos às mãos levantadas. A  
221 primeira é a Maria do Socorro e depois o Nelson.

222 **A SRª MARIA DO SOCORRO** – Então, presidente, é só para registrar. Se nós  
223 tivéssemos essa lista antes, a gente poderia estar contribuindo muito mais. Eu, por  
224 exemplo, é a primeira vez que estou participando de uma Câmara Técnica. Então, eu  
225 teria me preparado de uma forma mais adequada. Como este documento não foi  
226 inserido no site, então, me causou um prejuízo e eu não posso participar dessa  
227 discussão agora, porque eu não sei o que está lá na lista de prioridade e o que não  
228 está. É apenas só para reafirmar uma posição, porque a indústria gostaria muito de

229 estar mais ativa nesse momento. Mas, infelizmente, a gente não pode. Aí eu aguardo  
230 receber a lista para poder participar com maior efetividade.

231 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Maria do Socorro, eu  
232 acho que é só para título de observação em relação à sua fala. Nós não vamos tomar  
233 nenhuma deliberação agora. Essa é uma lista apenas de sugestões. Não é um  
234 documento formal da Câmara Técnica. Então apenas só para a gente baixar um pouco  
235 o estresse em relação a isso. Na verdade, Socorro, a gente está apenas fazendo uma  
236 oitiva bastante informal sobre temas prioritários para que a gente possa trabalhar.  
237 Então, ninguém aqui vai ter nenhum setor prejudicado não quero que ninguém se sinta  
238 preterido. Hoje é uma reunião inicial apenas para a gente dar o pontapé inicial. São  
239 sugestões que as pessoas nos mandaram algumas sugestões nos parecem bastante  
240 assertivas outras nem tanto, mas é uma lista muito grande, não faz sentido ficar lendo  
241 uma lista enorme aqui. O que a gente gostaria é na verdade é ouvir vocês e aí a gente  
242 encerra a reunião enfim e logo devemos agendar a próxima e aí com uma pauta mais  
243 assertiva, com debate mais técnico, enfim, coisas desse tipo. Hoje é uma reunião mais  
244 para que a gente possa começar o trabalho e ouvir um pouco, acho que depois de tanto  
245 tempo parado o CONAMA, e a CNI sempre foi uma instituição muito importante na  
246 elaboração das pautas, na elaboração das propostas. Então, só para deixar claro, nós  
247 não vamos sair daqui com nenhuma deliberação, nenhuma resolução aprovada. família,  
248 está? Hoje é apenas uma conversa de... uma conversa. O próximo é o Nelson.

249 **A SR<sup>a</sup> MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Rodrigo, eu acho que o Nelson  
250 vai falar agora, eu só queria depois que o Nelson e Itagyba falarem, poder fazer  
251 também um informe sobre como funciona a tramitação dentro do CONAMA, que eu  
252 acho que aí fica mais claro também em que momento que as resoluções vêm para a  
253 deliberação.

254 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Sim, sim. Mas vamos lá,  
255 Nelson.

256 **O SR. NELSON (CNA)** – Boa tarde a todos. Presidente Rodrigo, saudação, obrigado. É  
257 um prazer tê-lo como coordenador dessa Câmara Técnica. Marcela, parabéns também

258 pelo trabalho. Seu nome eu cumprimento aí o Ministério todo. Também nesse sentido  
259 de agregar aí essa discussão, e como eu também não tive a lista, algumas sugestões.  
260 A questão que eu acho que a gente poderia, e como sugestão de pauta para a gente  
261 trabalhar, é que a gente dá uma revisada, que apesar de ter sido julgada lá no Supremo  
262 como inconstitucional e foi revogada por questão judicial, a gente revisitar a resolução  
263 500 do CONAMA, que apesar de ser um outro CONAMA de uma outra época, é uma  
264 resolução do CONAMA, foi uma decisão do CONAMA, e ele merece aí uma  
265 rediscussão para que a gente possa deliberar sobre essa questão. Foi uma posição do  
266 Conselho que foi declarada inconstitucional lá no STF, mas voltou aí, eu acho que vale  
267 revisitar isso. Revisitando as questões das resoluções 302, 303, que é o Código  
268 Florestal, e já estão no Código Florestal, e mais propriamente aqui, que é um assunto a  
269 assistir direto da nossa Câmara Técnica, a questão da resolução 284, que é a questão  
270 do licenciamento ambiental para obras de irrigação. Além disso, também como  
271 sugestão, eu como também fui conselheiro do CNRH há muitos anos, a gente tinha um  
272 problema muito sério de interlocução entre e CNRH e CONAMA, principalmente na  
273 questão de qualidade de água, para questão de reuso, então também essa questão de  
274 retomada, a resolução de reuso de água para definição de qualidade ambiental, porque  
275 lá, a questão de reuso é lá, mas ela fica presa nas discussões de qualidade de água  
276 para reuso. Então, é que nem eu falei, eu não tive, talvez esteja até nessa lista, se não  
277 tiver, eu deixo essas sugestões aí de pauta para a Câmara Técnica. Eu agradeço a  
278 todos.

279 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Obrigado. Apenas um  
280 comentário, Nelson. A gente vai verificar, mas pode ser que muito provavelmente a  
281 questão da revisão da resolução 500, que trata da 302 e 303, Código Florestal, seja na  
282 Câmara Técnica de Biodiversidade. Eu vou dar uma verificada para ver se de fato não  
283 seria na outra Câmara Técnica. Se for nessa não tem problema, é um assunto  
284 prioritário mesmo. Enfim, a questão da Resolução 284, que é Licenciamento de Obras  
285 de Irrigação, acho que com certeza é aqui, e reuso de água, eu tenho uma dúvida em  
286 relação à câmara técnica de qualidade ambiental, mas nós vamos checar e agradeço  
287 muito as sugestões, sugestões muito bem-vindos. O próximo é o Itagyba.

288 **O SR. ITAGYBA ALVARENGA NETO** – Boa tarde a todos. Só trazendo em pauta, até  
289 muito motivado por uma demanda muito grande da tipologia com que eu trabalho no  
290 IBAMA, na Diretoria de Licenciamento Ambiental, que é a parte de exploração e  
291 produção de petróleo e gás offshore, é algo que eu acho que o CONAMA não vai ter  
292 como fugir da discussão de debater uma resolução ou um instrumento com relação a  
293 instrumentos de mitigação e compensação de emissões atmosféricas e os impactos  
294 climáticos, sendo considerado na ferramenta do licenciamento ambiental. Isso tem sido  
295 muito demandado para a gente, especialmente por licenciar a atividade de exploração e  
296 produção de petróleo no Polo Pré-sal da Bacia de Santos, Bacia de Campos, enfim,  
297 toda a cadeia produtiva. E a gente, inclusive, vem sendo demandado por Ministérios  
298 Públicos. Nós acabamos de ter que participar de uma audiência pública organizada  
299 pelas Procuradorias do Litoral Norte. Então, vislumbrando o quão o tema dos impactos  
300 climáticos tem ganhado relevância e considerando a necessidade do instrumento do  
301 licenciamento, conseguir incorporar mais esses aspectos, sobretudo a questão da  
302 mitigação e compensação de emissões, eu acho que a gente tem que incorporar essa  
303 discussão. Internamente, no Ibama, o presidente, a gente até conversou, houve uma  
304 proposição, em algum momento, de uma instrução normativa, mas, de fato, eu acho  
305 que pela relevância do tema e pela abrangência que o debate deve tomar, eu acho que  
306 o CONAMA é o melhor local para se debater um instrumento como esse.

307 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Agradeço a sugestão do  
308 Itagyba, que está trazendo um tema moderno aqui para o CONAMA. A gente tem,  
309 obviamente, vamos ver aqui.

310 **A SR<sup>a</sup> MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Temos a Câmara Técnica, né,  
311 Rodrigo, de Justiça Climática.

312 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – É, eu acho que só a  
313 gente, obviamente, que a gente vai ter temas que ultrapassam, obviamente, mais de  
314 uma Câmara Técnica, né? Então, esse tema, obviamente, que emissões tem cara da  
315 Câmara Técnica de Justiça Climática, mas é sobre a internalização de condicionantes  
316 de licenciamento. Então, provavelmente, a gente tem que trabalhar ela nas duas  
317 câmaras técnicas, né? Nós tivemos algumas sugestões agora de resolução. A de reuso

318 de água, provavelmente, tem que ficar na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, e a  
319 sobre as questões florestais, 302, 303, APPs, provavelmente a Câmara Técnica de  
320 Biodiversidade e Áreas Protegidas, Florestas, Educação Ambiental e Bem-Estar  
321 Animal, que é o item 1, o inciso 1 do 31, letra C, Florestas e Demais Formações  
322 Vegetacionais. Mas nada impede que a gente elabore uma sugestão e mande para  
323 outra Câmara Técnica. Mas eu acho que às vezes a gente vai ter que ficar olhando,  
324 olhando o regimento para que a gente não ultrapasse a linha, a linha que separa uma  
325 câmara técnica da outra. Mas alguém gostaria de dar alguma sugestão? Então, apenas  
326 para lembrar como foi dito aqui pela Marcela, existe uma sugestão de resolução de  
327 licenciamento para aquicultura, é uma sugestão que está vindo lá do Ministério da  
328 Pesca, da diretora Tereza Nelma, e esse é um tema que provavelmente a gente vai  
329 estar se debruçando nas próximas semanas. Temos a mão levantada da minha amiga  
330 Zuleica Nycz.

331 **A SR<sup>a</sup> ZULEICA NYCZ** – Boa tarde, boa tarde a todos. Parabéns aí pela retomada  
332 dessa Câmara Técnica, pela Presidência. Marcela, boa tarde. Então, eu queria, na  
333 verdade, só ser aconselhada, orientada, porque a gente tem a resolução das  
334 cimenteiras, do coprocessamento de resíduos perigosos em cimenteiras, que está na  
335 lista das resoluções a serem revisadas. E, conversando com a Adalberto, na outra  
336 Câmara Técnica, ficamos numa certa dúvida, porque uma coisa é licenciamento, uma  
337 resolução sobre o licenciamento, e, no entanto, estaria na outra Câmara. Aí o Adalberto  
338 entende, porque o Adalberto entende que estaria também regulamentando, regulando  
339 emissões, né? Então que seria típico da outra Câmara. Mas me parece que também  
340 não dá para escapar muito da questão do licenciamento, porque o corpo maior da  
341 resolução é sobre as condicionantes, as obrigações, a forma de... Bom, enfim, tem até  
342 um parecer nosso técnico, feito na época, que eu fiz com o Jeffer Castelo Branco, eu  
343 não sei se vocês receberam esse parecer técnico, mas na hora adequada a gente envia  
344 um parecer, em que a gente foi analisando a revisão que foi feita uns anos atrás,  
345 poucos anos atrás, de uma resolução que já existia e o que houve, na verdade, foi um  
346 desmonte da resolução, né? Foi uma extrema flexibilização do licenciamento ambiental,  
347 além de permitir, inclusive, a queima de agrotóxico, né? Mas não é só isso,  
348 infelizmente, não é tão simples. Seria melhor ou voltar aquela resolução como era

349 antes, apesar de ser câmera antiga, ela era muito melhor, precisava realmente de uma  
350 revisão. Eu entendo que revisão é sempre para melhorar e não para piorar, né?  
351 Ninguém faz uma revisão para piorar, mas foi o que aconteceu. E a questão é que o  
352 Alberto falou que era para eu conversar com você, Rodrigo, porque ele entende que  
353 também, lógico, é uma resolução que teria tudo a ver com as competências desta  
354 câmera técnica, né? E a segunda questão, já vou fazer ela também, para simplificar, é  
355 a de fontes fixas, né? Que está por decisão do STF, sendo revisada, eu não sei se o...  
356 desculpa o seu nome, é que eu to aqui com o celular... Itagyba? Eu não sei se está se  
357 referindo a essa também, também, porque...

358 **O SR. ITAGYBA ALVARENGA NETO** – Não, essa que você está falando é somente a  
359 382, não é?

360 **A SR<sup>a</sup> ZULEICA NYCZ** – É que eu não sei os números, eu estou aqui num quarto de  
361 hotel, agora, viajando, desculpa, eu estou perdida aqui, eu estou falando, por isso que  
362 eu estou pedindo orientação. Não sei os números, mas é aquela que a gente também  
363 fez um parecer, com o doutor Hélio Lopes, de São Paulo, né, também, que foi da  
364 SETESM, muitos anos, nos ajudou a fazer um parecer. E essa resolução acabou indo,  
365 quer dizer, o Ministério Público acabou fazendo uma representação e deu que tem que  
366 revisar. Aqueles temas de gás não especificado em plataforma. Isso.

367 **O SR. ITAGYBA ALVARENGA NETO** – Então, a 382 o IBAMA emitiu até uma  
368 manifestação recentemente, o presidente acho que assinou o ofício, se manifestando  
369 pela necessidade de revisão de fato, por entender que a resolução conforme saiu,  
370 depois da 382, não contemplou os aspectos observados pelo IBAMA, até onde eu sei o  
371 Ministério também se manifestou no mesmo sentido, pela necessidade de revisão da  
372 nova resolução. Só para esclarecer, quando eu me reporte anteriormente não era  
373 falando da 382, na verdade, é de uma demanda que tem surgido para a gente, não só  
374 na exploração e produção de petróleo offshore, mas também na geração de energia,  
375 sobretudo termoelétrica, de você aprimorar a avaliação de impacto, a incorporação dos  
376 impactos climáticos e, sobretudo, de pensar em instrumentos tanto de mitigação como  
377 de compensação de emissões, porque, enfim, até para alinhar o país aos  
378 compromissos internacionais que ele assumiu de redução de emissões, compensação.

379 Então, a gente hoje, os instrumentos são muito limitados ao licenciamento, é muito  
380 discricionário. Então, algum instrumento mais claro e, mais uma vez, eu não vou  
381 entender, o CONAMA talvez seja o melhor palco para se estabelecer esse instrumento,  
382 seria algo mais voltado ao licenciamento ambiental e, possivelmente, algumas diretrizes  
383 de estabelecer limites, estabelecer critérios para compensação, mitigação e  
384 incorporação dos impactos climáticos no licenciamento ambiental.

385 **A SRª ZULEICA NYCZ** – Entendi. Só queria colocar essas duas questões aí para a  
386 Câmara. Eu acho que o coprocessamento em resíduos perigosos é muito delicado,  
387 envolve a saúde de milhares de pessoas e tem tudo a ver também com os impactos  
388 climáticos e tudo mais, né? Então, eu acho, assim, extremamente importante e sempre  
389 me pareceu que era uma resolução, basicamente, de licenciamento, né? Onde,  
390 logicamente, vai conter ali, vai incluir parâmetros, né? Máximos permitidos, etc., mas  
391 não é o todo, né? O foco da resolução, inclusive, que eu escrevi na Ementa, está  
392 escrito ali, né, licenciamento. E então, e é isso, e a de plataformas marítimas, então, vai  
393 ficar realmente lá, e é outra questão que, diferente do que o Itajyba estava falando, né?  
394 Entendi. Obrigada.

395 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Não, eu que agradeço,  
396 Zuleica. Enfim, obviamente que esse item de coprocessamento, a gente tem a tem  
397 outra Câmara Técnica também para tratar desse assunto. A gente poderia tratar no  
398 âmbito de controle de substâncias químicas no licenciamento, mas obviamente tem  
399 uma Câmara Técnica para tratar de resíduos, né? Então, é um tema também que vai  
400 demandar aí um debate, né? Na questão de plataformas, quando a gente fala de  
401 licenciamento, sim, é a atual Câmara Técnica nossa aqui, de Controle de Qualidade  
402 Ambiental. Eu vou só fazer a leitura das sugestões que a gente recebeu, então não se  
403 preocupem, a gente vai estar disponibilizando para vocês, mas só para vocês saberem,  
404 tem algumas sugestões que vieram que eu até acho que é de outra Câmara Técnica,  
405 então esse é um debate que a gente vai que a gente vai ter que fazer o tempo todo,  
406 está? Mas a gente recebeu três sugestões da Agência Nacional de Águas e  
407 Saneamento Básico. Primeiro, estabelecimento de critérios para atender necessidades  
408 de ecossistemas aquáticos, critérios para definição de vazões, para atender

409 necessidade de ecossistemas aquáticos. Segundo, estabelecimento de modalidades,  
410 diretrizes e critérios para reuso direto, não potável de água. Então, aqui a questão de  
411 água de reuso, que foi uma sugestão também da CNA. E a terceira avaliação quanto à  
412 necessidade de harmonizar parâmetros das resoluções de águas, notadamente 396, de  
413 2008, com a portaria do Ministério da Saúde 888, de 21. Então, diretrizes aí de  
414 enquadramentos de águas subterrâneas. O IBAMA fez algumas sugestões, as  
415 sugestões das equipes técnicas do IBAMA são para rever a resolução CONAMA 357,  
416 que é limites de agrotóxicos para água, a resolução 492, que seria a revisão das fases  
417 L7 e L8 do PROCONVE, a revisão da 463, que é sobre áreas contaminadas, a 472, que  
418 é rol de produtos utilizados na resposta a incidentes de petróleo. O Ibama também  
419 propõe uma nova resolução para fortalecer a gestão integrada do Cadastro Técnico  
420 Federal, principalmente por conta dos acordos de cooperação com os estados. O  
421 Ministério do Meio Ambiente, através das suas secretarias, também estão com duas  
422 sugestões. A Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento está propondo  
423 uma resolução, obviamente que aqui a gente não tem texto, enfim, mas uma resolução,  
424 ou mesmo algum outro tipo de regulamentação do decreto que trata de zoneamento  
425 ecológico e econômico, que é um tema dessa comissão dessa Câmara Técnica  
426 também, e a Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, a  
427 revisão da resolução do CONAMA 491 de 2018, onde a gente tem um prazo de  
428 atendimento a uma demanda judicial, uma ordem judicial do Supremo Tribunal Federal,  
429 para que faça a revisão desses parâmetros, o prazo judicial se encerra 23 de setembro  
430 de 2024. Então, só para dizer que a gente também tem essa demanda aí do Supremo  
431 Tribunal Federal. Obviamente que a gente também precisa avaliar se isso não é caso  
432 da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e não da Câmara Técnica de...

433 **A SR<sup>a</sup> MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Já está lá, Rodrigo. Só para  
434 esclarecer, a 491 já tem um grupo de trabalho, ela é sim da qualidade ambiental.

435 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Está bem, então bom  
436 saber. Mas essas são as sugestões que a gente tem até aqui. Não sei se alguém  
437 gostaria de fazer mais alguma sugestão, algum apontamento. Obviamente que a gente  
438 também vai estar recebendo sugestões por escrito, por e-mail, sugestões de textos,



439 sugestões de alterações. A gente tem esse grande de desafio, de visitar as  
440 resoluções mais antigas e, ao mesmo tempo, de propor coisas novas, né? Então,  
441 queria que os membros daqui exercitassem bastante. Vamos aproveitar esse espaço  
442 para que a gente possa aprofundar as coisas e, quem sabe, levar boas resoluções para  
443 o nosso plenário.

444 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Rodrigo, se você me permitir, eu  
445 queria fazer uma fala muito rápida só sobre a questão da tramitação. Como tem alguns  
446 conselheiros novos, né? Grande parte das discussões das câmaras técnicas se dá por  
447 resoluções, minutos de resoluções que são apresentadas pelos conselheiros e que  
448 passam num primeiro momento pelo juízo de admissibilidade do CIPAM e o regimento  
449 interno tem algumas exigências para que seja possível a admissão dessas resoluções,  
450 que é uma nota técnica e, nas hipóteses legais, a apresentação de uma análise de  
451 impacto regulatório. O decreto que prevê análise de impacto regulatório, diz como tem  
452 que ser o relatório, e prever também as hipóteses em que é possível a dispensa do  
453 AIR. De qualquer forma, existe uma previsão no nosso regimento interno, para  
454 apresentação além da minuta desses dois documentos, e antes de passar pelo CIPAM,  
455 a minuta passa também pela avaliação, quando for o caso do IBAMA e de outros  
456 órgãos internos do Ministério do Meio Ambiente, para que eles se posicionem, passem  
457 pela CONJUR, e aí com esses documentos é que o CIPAM vai decidir. Decidido pela  
458 admissibilidade, então, a minuta de resolução caminha para a Câmara Técnica que  
459 está apropriada, que pode ser uma ou pode ser mais de uma. Só para dizer que, em  
460 geral, eu imagino que a gente vá discutir nas câmaras técnicas minutas já  
461 apresentadas, e se é necessário espaço para aprofundamento ou convocação de  
462 especialistas, tem a possibilidade também de criação de grupos de trabalho para temas  
463 específicos. O que está acontecendo na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental já.  
464 Então, já existe uma minuta tramitando com relação à resolução 491 e já foi feita uma  
465 lista de temas prioritários. Para 491 tem um grupo de trabalho trabalhando só nisso, só  
466 que nos outros temas prioritários ainda não chegou a nenhuma minuta de resolução.  
467 Então, os grupos de trabalho, eles estão fazendo essa elaboração de uma forma  
468 conjunta, né? Mas isso não... Vamos supor que um grupo de trabalho ou que a Câmara  
469 Técnica resolva discutir antes da apresentação de uma minuta um tema que precisa de

470 mais aprofundamento antes de pensar como vai ser essa minuta. Isso não impede que  
471 depois a minuta tenha que passar pelo CIPAM com os documentos necessários para  
472 voltar para a deliberação pela Câmara Técnica, não se pode deliberar na Câmara  
473 Técnica sem que haja esse rito de apreciação pelo CIPAM. E só depois da aprovação  
474 pela Câmara Técnica é que vai para o plenário. Então, só para esclarecer um  
475 pouquinho o fluxo das resoluções dentro do Conselho. Zuleica.

476 **A SRª ZULEICA NYCZ** – Obrigada, Marcela. Então, eu, e tem a Câmara de Assuntos  
477 Jurídicos, né, que tem uma novidade que eu percebi, que não tinha nas outras vezes  
478 que eu fui conselheira, que é a verificação do cumprimento dos tratados internacionais  
479 ratificados pelo Brasil, né? Isso é muito, muito legal, porque a gente tem muitas coisas  
480 boas nos tratados, que não estão nas resoluções do CONAMA e, enfim, Mercúrio,  
481 Pops, né, principalmente estou falando dos tratados químicos, né, o próprio  
482 [Ininteligível] internacional de gestão de substâncias políticas químicas. Então, isso é  
483 uma novidade e é algo que a gente precisa ter no radar quando tiver deliberando, né?  
484 Propondo emendas etc. Eu ia, na verdade, perguntar sobre a metodologia, né? Que  
485 vocês, que o presidente pretende adotar ou propor, de preferência, né? De ordem, de  
486 tantas resoluções sugestões que tem aí no cardápio, é isso que eu ia perguntar, como  
487 que se pretende dar, então, o andamento, né, prático, metodológico. É isso, obrigado.

488 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Bem, Zuleica, nós vamos  
489 estar sistematizando essas sugestões que têm e aquelas que tiverem maior  
490 amadurecimento, tiver sugestão de texto, enfim, nós vamos criando grupos de trabalho,  
491 então tudo vai depender do amadurecimento de cada proposta e, enfim, a ideia é que a  
492 gente possa ir criando os grupos de trabalho para se debruçar sobre os textos. Enfim,  
493 não tem algo muito bem definido, a gente aqui na comissão vai tentar ser o mais  
494 democrático possível para que as propostas podem andar. A minha ideia não é abrir  
495 muitas frentes ao mesmo tempo, até para que a gente não disperse, para que a gente  
496 possa, de fato, se concentrar e fazer as entregas necessárias, porque senão a Câmara  
497 Técnica fica bastante travada. Mas não tem, viu Zuleica, nós não temos assim, nós  
498 vamos tentar, de forma bastante consensual, definir as prioridades e, ao mesmo tempo,  
499 ir criando os grupos de trabalho com aquelas propostas que tiverem mais

500 amadurecimento. Então, as propostas que chegarem para a Câmara Técnica com mais  
501 amadurecimento, a gente vai criando os grupos de trabalho e vai se debruçando sobre  
502 elas.

503 **A SRª ZULEICA NYCZ** – Posso fazer mais um comentário?

504 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Por favor.

505 **A SRª ZULEICA NYCZ** – A Maria Lúcia da Aves está aqui comigo, da ONGs. Acho que  
506 ela não vai gostar muito, mas ela sabe que eu tenho uma profunda crítica à revisão que  
507 foi feita da resolução de uso agrícola de lodo de esgoto. Essa resolução acabou não  
508 entrando aí no radar de vocês, mas eu queria deixar consignado na ata que eu estou  
509 realmente reclamando, como cidadã, da revisão que foi feita, né? Perdeu-se muitas  
510 coisas, facilitou muito para as empresas de saneamento, mas eu acho que o objetivo da  
511 resolução é justamente criar restrições para as empresas de saneamento em relação  
512 ao uso, né, agrícola de lodo esgoto, tudo que está repleto de substâncias tóxicas.  
513 Inclusive muitas ainda não, nem são monitoradas, no caso do PFAS, que já está sendo  
514 encontrado, eu vi uma reportagem essa semana na bacia do rio Piracicaba, lógico que  
515 já deve estar em muitos outros lugares e a gente ainda só não detectou. Tem a questão  
516 do mercúrio, do chumbo, que são os metais tóxicos, os poluentes orgânicos  
517 persistentes, o lodo de esgoto doméstico não é um lodo de esgoto qualquer, ele é  
518 repleto de riscos, porque tudo vai, uma cidade vai para... se chama, acaba se  
519 chamando o esgoto doméstico. hospitais, oficinas mecânicas, lavanderia, salões de  
520 beleza, que usam muitos produtos químicos, inclusive nas residências também. Então,  
521 é muito grave isso para a biodiversidade, é um impacto enorme na água, água  
522 subterrânea, lençóis freáticos, rios. Enfim, eu queria eu queria deixar registrada essa  
523 minha preocupação com a revisão que foi feita dessa resolução há alguns anos, poucos  
524 anos atrás.

525 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Pediu a palavra agora a  
526 Maria Lúcia Coelho Silva.

527 **A SRª MARIA LÚCIA COELHO SILVA** – Já que a Zuleica falou o meu nome, a ABES  
528 tem uma preocupação muito grande com o problema de esgoto, em geral, na  
529 importância do tratamento de esgoto. E, muitas vezes, o lodo é um subproduto que a  
530 gente tem que achar soluções. A gente não é contra que se revise portaria, se discuta e  
531 se melhore em critérios, mas a gente acha que soluções para lodo destratado são  
532 importantes. Tem que se pensar em soluções como subproduto do tratamento de  
533 esgoto, senão a gente acaba não tratando esgoto, não resolvendo, fica sempre...  
534 Então, não somos contra revisões, mas achamos que este é um problema a ser  
535 enfrentado por todos. É isso. Desculpe, Zuleica. Então, quero bater, ficar discutindo...  
536 Eu e a Zuleika, que nós temos já discussões normais.

537 **A SRª ZULEICA NYCZ** – Não, não, mas o assunto é importante. O assunto é  
538 importante porque, veja, nós temos as convenções internacionais ratificadas pelo Brasil  
539 e a necessidade de identificar essas substâncias que estão reguladas globalmente é  
540 algo que que não pode ser né desprezado então eu concordo com você é um  
541 problemão né de fato é um dos maiores problemas ambientais e urbanos que a gente  
542 tem, mas... Sem contar os agrotóxicos, o que se está achando de agrotóxico nas águas  
543 das grandes cidades é uma coisa impressionante, imagina o que não está no lodo, né?  
544 Então, assim, a gente já sofre com o duplo padrão de comportamento da Europa, que  
545 proíbe lá e vende aqui, não tem fiscalização, nós somos um país que é um paraíso para  
546 as grandes multinacionais, porque nós somos nós somos pobres e não temos  
547 capacidade de fiscalização capacidade laboratorial, inclusive. Então o cidadão ele está  
548 desamparado mesmo e eu vejo por esse ponto de vista né como proteger as crianças,  
549 as mulheres grávidas, as gerações futuras, a biodiversidade também que é impactada  
550 pela contaminação química. Então, nós temos que dar atenção.

551 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Zuleica, o que você está  
552 falando é algo extremamente importante, assim como a da Maria Lúcia, eu só queria  
553 que vocês atentassem que houve uma mudança nessa Câmara Técnica, ela foi  
554 dividida, então a gente tem a Câmara Técnica aqui, a de controle ambiental, e tem a de  
555 qualidade ambiental, o setor de saneamento, toda a parte de saneamento e a gestão de  
556 substâncias químicas e a gestão de resíduos ficou lá na outra Câmara Técnica de

557 Qualidade Ambiental. Só para lembrar, aqui a gente ficou com licenciamento e controle  
558 de atividades. A gente sabe que tem uma zona cinzenta, que tem uma linha muito  
559 tênue entre os dois temas, mas só para lembrar a todos. Como a gente não tem mais  
560 inscritos, eu vou encaminhar para o encerramento da reunião. Eu não sei se alguém  
561 gostaria de fazer mais uma última consideração, senão a gente vai encerrar. Zuleica,  
562 você quer fazer a última consideração? Ou já estava a conversa?

563 **A SRª ZULEICA NYCZ** – Estou tentando abaixar a mão aqui. Está bom.

564 **O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA** – Então, pessoal, vamos  
565 encerrar por aqui. Agradeço a atenção de todos e todas. Quem tiver contribuições, por  
566 favor, mande para a Câmara Técnica. Nós vamos disponibilizar essa lista de sugestões  
567 para todos, incluindo as sugestões que foram feitas aqui hoje, verbalmente. Vamos dar  
568 uma boa conferida para ver se não é texto ou sugestão de uma outra Câmara Técnica.  
569 Por muitos e muitos anos, essa Câmara Técnica envolveu também a temática da  
570 qualidade ambiental. Então, eu acho que é normal que confusões aconteçam sobre  
571 qual é a Câmara Técnica mais assertiva para tratar daquele assunto. No mais, gente,  
572 quero aqui agradecer a presença de todos. E vamos tentar manter uma rotina bastante  
573 frequente de reuniões para que a gente possa caminhar em direção à sustentabilidade.  
574 Agradecer a disponibilidade do Fábio Porto, da Amazônia Rondônia, que colocou o  
575 nome à disposição para atuar aí como vice-presidente. No mais, estou aqui à  
576 disposição de todos, gente.